

Mesmo com os “socorros” da União, os estados falharam

Desemprego ficou estável no RS e subutilização bateu recorde no Brasil

Alteração no registro de exportação subestima o resultado do RS

Estratégias sobrepõem perdas econômicas na Guerra Comercial

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Mesmo com os “socorros” da União, os estados falharam

O Governo Federal deve apresentar o Programa de Equilíbrio Fiscal para os Estados. Pelo que tem sido veiculado, o plano permitirá que estados com nota C no relatório de capacidade de pagamentos (CAPAG) da STN captem empréstimos com garantias da União. Atualmente, apenas estados com nota A e B têm esse direito (notas vão de A a D). Portanto, o programa seria voltado para as UFs em situação precária (C), mas não tão grave a ponto de aderirem ao RRF (D). Vale lembrar que o RS tem nota D. Mais detalhes só serão conhecidos com o envio do projeto de lei ao Congresso.

Diante da iminência de mais um “socorro” aos estados, propomos uma breve retrospectiva dos auxílios da União desde a redemocratização. Destacamos alguns deles: (i) lei 9496/1997 federalizou a maior parte das dívidas dos estados e proibiu que estados e municípios emitissem títulos públicos, prática até então recorrente. Além disso refinanciou a dívida dos estados a uma taxa mais favorável (IGP-DI +6% a.a.) do que a observada na época; (ii) flexibilização da nota do CAPAG de 2011 a 2014 permitiu que estados com notas C e D contratassem novos empréstimos com garantias da União, sem nenhuma contrapartida de ajuste; (iii) a LC 148/2014 estabeleceu retroativamente novas condições de financiamento dos contratos da dívida (IPCA + 4% a.a., limitada pela Selic); (iv) a LC 156/2016 aumentou o prazo da dívida em 20 anos e concedeu redução extraordinária no pagamento das parcelas por dois anos, desta vez com o compromisso de congelamento real no

crescimento da despesa primária por dois anos.

Com se vê, não faltaram planos de assistência aos estados, que, mesmo assim, falharam em aumentar seus investimentos e equilibrar suas finanças. Como bem ressaltado pelo secretário do tesouro, Mansueto Almeida, em artigo recente, o problema dos estados não está no serviço da dívida, mas sim no elevado comprometimento do orçamento com gasto com pessoal. A despesa com servidores ativos e inativos vem estrangulando os orçamentos estaduais

Segundo o IPEA, de 2006 a 2018, a despesa com pessoal (ativo+inativo) dos estados cresceu 5,0% a.a. em termo reais. Não à toa, STN calcula que, em 2017, 13 estados já apresentavam gasto com pessoal acima do limite estabelecido pela LRF de 60% da receita corrente líquida. Um ponto interessante é que, entre 2014 e 2018, o gasto com ativos se reduziu a uma taxa de 2,5% a.a. No entanto, a redução foi mais que compensada pelo aumento de 7,8% a.a. com inativos. Ou seja, reduziram-se os concursos nos últimos anos, mas os servidores continuaram se aposentando. Nesse sentido, a reforma da Previdência é fundamental para mitigar essa transição.

Um novo plano não servirá de nada se não estabelecer contrapartidas duras aos estados, sobretudo com relação à pessoal. Ademais, para a solvência das UFs no longo prazo, é imperativo que se aprove uma boa reforma da Previdência. Caso contrário, ficaremos fadados a renegociações sem fim.

Desemprego ficou estável no RS e subutilização bateu recorde no Brasil

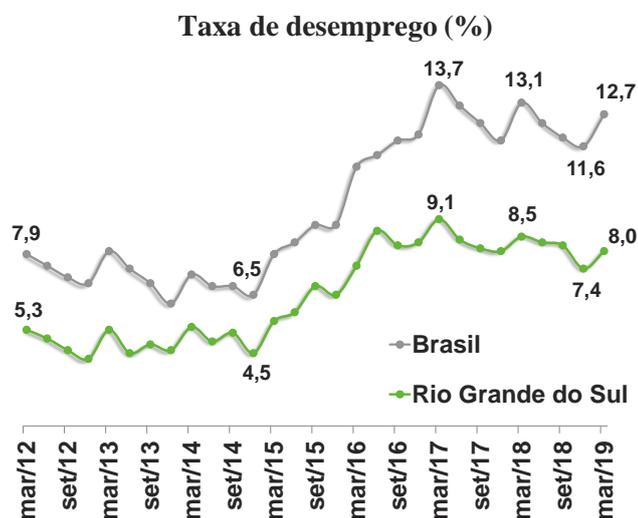
A PNAD do primeiro trimestre de 2019 reforçou o quadro desolador do mercado de trabalho. Em linhas gerais, a pesquisa mostrou estabilidade no desemprego, mas agravamento da subutilização da força de trabalho.

Segundo o IBGE, a taxa de desemprego no Rio Grande do Sul foi de 8,0% no primeiro trimestre de 2019, 0,6 p.p. maior do que no último trimestre de 2018 e 0,5 p.p. menor do que no primeiro trimestre de 2018. Tais diferenças, contudo, não são estatisticamente significativas, sugerindo que a taxa se manteve estável no primeiro trimestre.

No Brasil, a taxa de desemprego foi de 12,7%, abaixo dos 13,1% registrados no primeiro trimestre de 2018, porém bem acima da taxa de 11,6% observada no último trimestre de 2018. A taxa média dos últimos quatro trimestres, por sua vez, recuou de 12,3% para 12,2% na margem, indicando uma ligeira melhora no desemprego no Brasil. Por outro lado, a subutilização da força de trabalho atingiu níveis recordes no primeiro trimestre. A taxa composta de subutilização do mercado de trabalho – que considera os desocupados, os ocupados com insuficiência de horas trabalhadas e as pessoas com idade para trabalhar, mas que não procuraram emprego – chegou a 25,0%. Em outras palavras, um quarto das pessoas com idade e

disponibilidade para trabalhar no Brasil estão desempregadas ou subocupadas. Em termos absolutos, são 28,3 milhões de pessoas, o recorde da série histórica do IBGE.

No RS, a taxa de subutilização chegou a 15,5%, o equivalente a 974 mil pessoas. Nesse sentido, os estados que mais preocupam são Piauí (41,6%), Maranhão (41,1%) e Bahia (40,4%).



Fonte: IBGE

Alteração no registro de exportação subestima o resultado do RS

Na última semana, a FIERGS divulgou a balança comercial do Rio Grande do Sul para abril de 2019. As exportações retraíram-se -28,2% ante abril de 2018, assinalando a mínima histórica no período. Mas esse resultado foi subestimado por uma mudança no registro de exportação, alterando os dados do Mdic/Secex.

Em termos absolutos, o RS foi o estado brasileiro com o maior recuo do valor exportado neste mês: foram US\$ 446,5 mi a menos ante abril de 2018. É bem verdade que o desempenho das exportações gaúchas foi afetado pelo encolhimento da economia argentina, mas a expressiva retração remete em grande parte a redução no registro de vendas externas da Soja (-63,9%). Curiosamente, estados exportadores de *commodities* agrícolas cuja Soja domina a pauta apresentaram o mesmo problema: Piauí (-68,4%), Tocantins (-50,9%), Mato Grosso (-26,4%) e Paraná (-23,3%).

O que explica a distorção nos resultados é o novo processo de exportação baseado na Declaração Única de Exportação (DU-E), que vigora desde julho de 2018. A DU-E admite o embarque antecipado de mercadorias sem nota fiscal (NF), registrando-as com origem “não declarada”. Assim, mercadorias com UF não declarada ficarão superestimadas no curto prazo, especialmente a exportação de produtos a granel. Só neste mês, o valor embarcado de mercadorias não declaradas aumentou mais de 5 vezes, assinalando US\$ 2,5 bi e superando as exportações de quase todos os estados, exceto Rio de Janeiro (US\$ 2,9 bi) e São Paulo (US\$ 4,3 bi). Do total, 57,4% corresponde a Soja, seguida de Óleos brutos de

petróleo (14,4%) e Semifaturados de ferro e aço (7,8%).

Para mensurar o impacto dos embarques antecipados sobre o resultado do Estado, investigamos todos os recintos alfandegários (URF) do RS onde foram despachados alguma mercadoria e cruzamos com aquelas registradas como não declaradas. Esta abordagem é uma aproximação razoável, já que as URF's selecionadas cobrem mais de ¾ de todos os embarques registrados pelo Estado. Ademais, a Soja de origem gaúcha tem sido quase integralmente escoada por estas URF's, enquanto as outras duas mercadorias mencionadas são irrelevantes em termos de composição da pauta do RS. Verificamos que apenas o porto de Rio Grande apresentou um valor atípico: US\$ 295 mi em Soja. Por outro lado, nenhuma alteração foi notada nas exportações de produtos da Indústria. Adicionando este valor à pauta, estimamos que o resultado em abril seria uma queda de 9,5% das exportações totais do RS.

Apesar de um problema para os estados, o resultado da balança comercial brasileira mantém-se inalterado, uma vez que as mercadorias não declaradas agregam o montante exportado pelo País. Ainda não é certo quando haverá a normalização dos dados para as UF's, já que as correções nos registros serão feitas à medida que os exportadores apresentam as NF's das mercadorias. Portanto, para ter certeza do real resultado das exportações do Rio Grande do Sul, a UEE fará uma revisão paulatina dos resultados para os meses anteriores.

Estratégias sobreponem perdas econômicas na Guerra Comercial

O impasse do acordo de comércio entre Estados Unidos e China, em maio, provocou novos choques sobre o mercado de câmbio. A moeda dos emergentes mais frágeis se desvalorizou, tal como o Real, que ultrapassou os R\$/US\$ 4,00 na última semana.

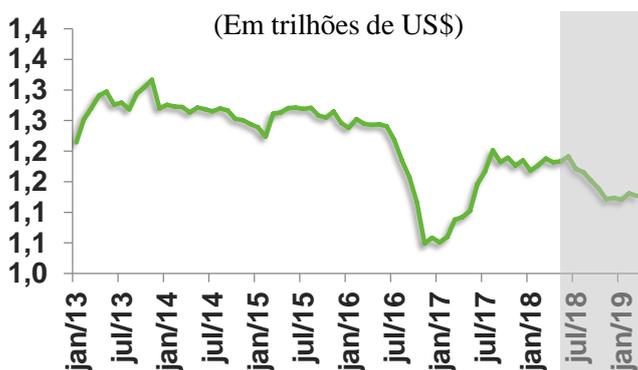
Já é de conhecimento geral o efeito nocivo das barreiras tarifárias, que envolvem desde o repasse de preços à economia interna até o redirecionamento dos eixos do comércio para evitar custos adicionais. Em relatório, o FMI avaliou que os impactos diretos de tarifas sobre o saldo comercial de um País são pequenos em relação aos fatores macroeconômicos. Portanto, é natural que economias mais aquecidas como os EUA apresentem desequilíbrios comerciais com a China.

A lição que fica é que o conflito entre os dois países extrapola a política comercial. Os EUA enxergam o impasse como um jogo de soma zero. Os americanos planejam submeter os chineses a seus interesses econômicos e não parecem dispostos a ceder em qualquer lado, sobretudo os que envolvem tecnologia de ponta. Por outro lado, a China é mais pragmática, sempre esperando os movimentos dos americanos para se posicionar. Ademais, consideram os EUA um obstáculo à retomada de sua hegemonia na Ásia. Atualmente, os chineses detêm mais títulos da dívida

norte-americana do que qualquer outra nação, superando a marca de US\$ 1,1 trilhão. Embora pouco provável, o risco de uma retaliação pela investida contra o Dólar existe. Isso aumentaria os juros de longo prazo dos títulos americanos, implicando na instabilidade dos mercados financeiros globais.

Ao que tudo indica, este conflito dificilmente será resolvido pelo sufocamento de políticas comerciais protecionistas, e ainda deve ser arrastar por mais algum tempo. Com a descrença no modelo multilateral de comércio e pouco espaço de barganha entre os dois países, a Guerra comercial já começa a ganhar um ar de “Guerra Fria”, impondo perdas de bem-estar à todos.

Títulos americanos em posse da China



Fonte: US Treasury Department.